

[SEGURANÇA – Novo presídio, ala feminina e albergue: esses são projetos que podem ficar só para 2011 se Estado não se empenhar para que saiam do papel

Promotora já teme que 2010 acabe sem obras prometidas

Marcos Vieira

Promotora de Justiça do Ministério Público, Adriana Marques Thiago, em entrevista ao Canal Anápolis (Canal 5, Net), na terça-feira (24), voltou a mostrar seu descontentamento em relação ao tratamento dado pelo Estado à

segurança pública em Anápolis. Compromissos como um novo presídio, a construção da ala feminina na cadeia e um albergue para abrigar condenados do semiaberto insistem em não sair do papel. O temor é que esses projetos, essenciais para o bem-estar da população, acabem passando para 2011, quando irá assumir o governador eleito nas

urnas em outubro. Na entrevista, a promotora diz que presos de outras comarcas, quando condenados até oito anos, tentam vir para Anápolis, já que sabem que a inexistência de um albergue os coloca na rua, na chamada “prisão domiciliar”. São pelo menos 200 nesta situação atualmente na cidade. Lei a seguir.

Teve alguma novidade no sistema carcerário de Anápolis, como no caso do semiaberto e no caso das mulheres que não têm celas para cumprirem suas penas? Como está a real situação no município?

A situação não mudou. O secretário de Segurança Pública, via representante encarregado da execução penal no Estado, ainda no mês de maio, tinha uma promessa que em 45 dias haveria uma ala separada na cadeia para as detentas. As mulheres condenadas estavam e continuam em Goiânia. Nada foi feito até hoje. Havíamos postulado também junto à Secretaria de Segurança Pública um posicionamento, uma vez que é de sua responsabilidade os deveres de execução penal, a manutenção da cadeia pública. Nada foi feito até hoje. Estamos a menos de dois meses das eleições e é hora da gente pensar, porque são essas pessoas que podem e não fazem nada para mudar essa questão no País.

Sabemos que hoje há uma nova secretária de Segurança Pública, a última informação que temos é sobre um material de construção que teria de vir para Anápolis para a construção da ala feminina. Encaminhou algo nesse sentido?

Essa era a proposta feita por escrito em maio, que em meados de junho teríamos a ala feminina construída, porque estava faltando só chegar o material, e esse material já tinha sido licitado. É complicado usar a palavra mentira e engano, mas os eleitores não se enganam. Foi falado que a licitação estava pronta e que em 45 dias a construção estaria pronta.

Sobre esse material a última notícia que eu tive é que a licitação deu errado. Em conversa hoje com o diretor da cadeia local, ele me falou que houve um erro na licitação e teremos que esperar. Esperar até quando? Essas mulheres não estão tendo o respeito, mesmo sendo detentas, na maioria das vezes provisoriamente. Elas não têm o respaldo que a lei determina.

Quando uma mulher é detida em Anápolis ela tem que ser encaminhada para outro município. Ela não pode ser presa aqui?

Não pode porque não há lugar. Anápolis hoje não tem vaga nas celas da cadeia pública local que possa abrigar uma mulher. E aí a gente prende e solta? E como que se cumpre a lei? Basta falar que a lei de execução penal não é cumprida e que a pessoa condenada com até oito anos de reclusão vai ficar solta. Solta como eu e você.

Não temos o semiaberto?

Não temos e não há a preocupação de ter. Porque o que eu tenho ouvido, até de promotores, que essa é a realidade do País. O Ministério Público é a instituição que tem feito a diferença, não podemos desistir.

O semiaberto precisa de um albergue para funcionar. Temos ideia de quantas pessoas são “beneficiadas” ao não cumprir o regime como deveria cumprir?

Na verdade todos que estão em regime semiaberto querem vir cumprir pena aqui em Anápolis. Todos sabem que vai para casa. Isso é fato. Não tem nenhuma norma legal que prevê essa prisão domiciliar. Precisa-



mos de espaço. Sabemos que temos esse espaço na própria cadeia. Já temos um projeto, inclusive doado pela sociedade, e não tem boa vontade sequer de sermos recebidos na Secretaria de Segurança Pública para que a gente leve adiante esse projeto. Não queremos fazer como o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) determina, porque ficaria em R\$ 14 milhões, que seria mais de R\$ 40 mil por preso. Então isso é impossível. Ou se muda esse fato ou então se rasga a lei e passa a não ter condenação. Para que condenar se não vai ter o cumprimento da pena?

Os condenados do semiaberto são fiscalizados?

Não há nenhuma fiscalização. O Judiciário não tem estrutura para isso. Seria função do Executivo, ou seja, o Estado. Mas eles não têm noção nem de quantas pessoas estão sendo beneficiadas com o regime semiaberto. Eu posso dizer com certeza que são mais de 200 pessoas que estão condenadas no semiaberto e estão livres. Isso no semiaberto, porque no aberto nem se fala.

No ano passado o Estado cobrou que só

poderia ter o projeto de um novo presídio se o município doasse o terreno. O município desapropriou uma área e deixou disponível, mas até agora nada foi feito?

É importante lembrar que essa doação tem tempo de terminado. Se não se faz essa obra em questão de dois ou três anos, a área volta para o município. E sempre foi cobrado que não tínhamos um presídio porque não tinha boa vontade do município. Nós levamos a questão ao prefeito, ele se dispôs no mesmo dia a resolver e foi realmente doado o terreno, mas até agora nada do Estado fazer a sua parte. O projeto está no Depen e nunca sai de lá, eles utilizam verbos que estão no gerúndio e não caminha.

Sobre o projeto de lei que altera o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a chamada lei da palmada, qual a opinião da senhora sobre isso?

É bom esclarecer que sou mãe. Na perspectiva de educação que utilizamos na minha casa, nos não adotamos agressão física para corrigir ou educar os filhos. Mas essa lei é simplesmente um ato, no mínimo, falho em sua proposta. Na verdade é um projeto de lei que ainda não

foi sancionada. Está ainda no Senado. Fico abismada da cultura no Brasil de criar leis imaginando que assim vamos resolver os problemas do País. A causa não é aí. Não é uma palmadinha que vai gerar essa violência que tanto se apregoa. Não é essa palmada que você tem de tirar que vai deixar a sociedade menos prejudicada com pais que matam, que espancam filhos e os jogam de prédios. É importante que a sociedade saiba que já há mecanismos na Constituição Federal, no Código Penal e no ECA, que prevê que uma vez a criança violentada, tem como ser reprimida a pessoa que cometeu o excesso. A impressão que dá é que vamos resolver os problemas de pedofilia e os processos da má educação só criando leis. Há um abandono social que o governo não quer fazer nada para resolver; mas que ele cria leis acreditando na solução.

Uma formação de caráter de uma criança passa pela educação. É isso que o governo deveria oferecer para a sociedade?

É isso que ele tem como obrigação constitucional de fazer, e não faz. Eu tenho um exemplo a citar: temos as creches que atendem crianças de zero a cinco anos, a partir dos seis anos eles vão para escola, e as mães que trabalham no segundo período acabam deixando essas crianças fora da escola. Eu falo isso porque tenho pessoas que conheço que deixam seus filhos abandonados. Cadê o Estado que ofereça um período integral com educação esportiva e outras atividades? Aí vem uma lei que não vai consertar o abandono intelectual e moral que a criança sofre, porque o pai precisa trabalhar

senão não come. Essas crianças ficam na rua sujeitas à violência de outros, de vizinhos, porque o pai e a mãe não podem estar por perto. Não é todo mundo que tem avó ou avó que pode cuidar. Nesse sentido temos ausência total do Estado.

Aprovada essa lei, de que maneira ela vai ser fiscalizada?

Essa lei chove no molhado. Se não educamos uma criança elas se tornam apenas pessoas que estão na cadeia. Acontece que se a pessoa fizer um comprometimento físico ou moral contra a criança, ele vai responder nos termos do artigo 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é encaminhamento ao programa oficial comunitário de tratamento a família, encaminhamento ao tratamento psicológico ou psiquiátrico, encaminhamento aos cursos ou programas de orientação e advertência. Isso já está previsto no ECA. Qualquer violação ao direito da criança e do adolescente tem essa punição. Um promotor de justiça, o conselho tutelar e o juiz vão aplicar essa medida. Para que criar outra lei? Isso é para servir de manobra política. Só posso acreditar nisso, porque não estaremos resolvendo um problema. Não há nem previsão de combater essa pedofilia do jeito que está. Não adianta criar lei para resolver sintomas se a causa é maior. Propagandas políticas mostram fatores econômicos, e só o consumismo é o que vale? E o programa de planejamento familiar, isso não vale? Temos que fazer com que o pai entenda que só com uma boa educação de base ele terá resultado. A criança precisa de segurança. Será que esse projeto de lei vai resolver?

PSDB promete se concentrar em quatro Estados

Da Redação

A queda nas pesquisas de intenção de voto de José Serra tem provocado mudanças nas estratégias de campanha do PSDB nacional. Uma delas, anunciada na terça-feira (24), é dar maior prioridade aos Estados onde o partido tem chances claras de vitória. Goiás entra na lista juntamente com São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

Os tucanos estudam a participação de Marconi Perillo, candidato ao Governo de Goiás, no horário eleitoral de Serra na televisão, que contaria ainda com Aécio Neves, que lidera preferência do eleitorado mineiro para o Senado, e Beto Richa, candidato a governador no Paraná. Alguns caciques do PSDB e do DEM também avaliam

que é necessário concentrar esforços na campanha pelo Senado, já que com uma possível vitória de Dilma Rousseff (PT), a oposição precisaria garantir suas cadeiras no Congresso Nacional para se manter no jogo político entre 2011 e 2014.

Portanto, se a oposição – que já não tem muitas esperanças com a disputa presidencial – realmente priorizar a batalha pelo Senado, os partidos aliados de Dilma devem ficar atentos para travar o combate nesta esfera. Assim, a eleição de 2010 tende a ficar cada vez mais “estadualizada”, sem perder o foco no projeto nacional, mas reforçando a disputa em estados importantes onde a oposição ainda demonstra força eleitoral expressiva. Pesquisa CNT/Sensus divulgada na manhã de ter-

ça-feira (24) mostra a candidatura do PT à Presidência, Dilma Rousseff, na frente das intenções de voto, com 46%, contra 28,1% de José Serra. Em terceiro lugar está a senadora Marina Silva (PV)

Estratégia é investir onde a sigla tem real chance de vitória: Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná

com 8,1%. Votos em branco, nulos e indecisos somam 16,8%. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais para cima ou para baixo.

Na última pesquisa, a ex-ministra da Casa Civil liderava com 41,6%, Serra aparecia com 31,6% e Marina registrava 8,5%. Votos

em branco, nulo e indecisos representavam 14,3%.

“É uma eleição tecnicamente decidida em primeiro turno a partir dos dados de hoje. Dilma tem 55,3% dos votos válidos e os demais candidatos têm 44,7%”, explicou Clésio Andrade, presidente da CNT.

“Não estamos afirmando que a eleição terminou. A eleição só acontece no dia 3 de outubro, mas nunca vimos uma pessoa com 40% ou mais de intenção de votos não ir para o segundo turno”, esclareceu o diretor do Instituto Sensus, Ricardo Guedes, no sentido de indicar que dificilmente haja uma reviravolta do cenário eleitoral estudado pelo instituto.

A 103ª edição da pesquisa fez uma simulação de segundo turno entre a candidata petista e o tucano. Nela, Dil-

ma aparece com 52,9%, contra 34% do ex-governador de São Paulo. Dentro desse cenário, brancos, nulos e indecisos chegam a 13%. Nesta edição da pesquisa, não houve simulação de segundo turno entre Marina e Serra e Dilma e Marina.

Na pesquisa espontânea – a que os nomes de candidatos não são indicados aos entrevistados – Dilma aparece com 37,2% das intenções de voto, contra 21,2% de Serra e 6% de Marina Silva. Brancos, nulos e indecisos representam 30,6%.

O levantamento atual também levou em consideração questões a respeito das propagandas políticas veiculadas no rádio e na televisão desde o último dia 17 de agosto. Um total de 42,9% dos entrevistados afirmaram acompanhar o

horário eleitoral gratuito.

Destes, 56% disseram que Dilma foi a candidata que apresentou a melhor propaganda eleitoral. Já para 34% dos entrevistados, a performance do tucano foi melhor e 7,5% avaliaram que a candidata do Partido Verde teve a melhor exposição na propaganda eleitoral.

Na avaliação do diretor do Instituto Sensus, o programa eleitoral da candidata do governo teve boa aceitação com uma imagem de leveza, com um programa que emocionou e mostrou resultados. De acordo com Guedes, o candidato tucano, principal adversário de Dilma, foi prejudicado pelo “episódio da escolha do vice”, pela “questão da judicialização da campanha” e pela “demonstração de ser contrário à política do presidente Lula”.